

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ATA GERAL DA APURAÇÃO FINAL DAS ELEIÇÕES REALIZADAS NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 1945 PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MEMBROS DO PARLAMENTO, PROCEDIDA NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, NO DIA 21 DE JANEIRO DE 1946.-

Presidência do senhor desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa.

Reunido o Tribunal, por convocação extraordinária, às treze horas do dia vinte e um de janeiro de mil novecentos e quarenta e seis, no salão nobre do Tribunal de Apelação, sede / provisória do Tribunal Regional Eleitoral, sob a Presidência do desembargador Faustino de Albuquerque e Sousa, compareceram os / senhores Juizes desembargador Daniel Augusto Lopes, Vice-Presidente e doutores José Vitor Ferreira Nobre e Arnaud Ferreira // Baltar e o Procurador Regional, doutor Virgílio Firmeza. Não // havendo expediente sobre a mesa, o senhor Presidente, passando / à ordem do dia, declarou haver convocado, extraordinariamente, / o Tribunal, para que, de acordo com o Art. 34 das Instruções // baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para a Apuração das / eleições de 2 de Dezembro de 1945, tomasse conhecimento do relatório do Presidente da Comissão Apuradora, deliberasse sobre a / renovação das secções anuladas e a realização das que deixaram / de funcionar e fossem proclamados os eleitos. Dada a palavra ao desembargador Daniel Lopes, Presidente da Comissão Apuradora, / procedeu este à leitura de longo e circunstanciado relatório, / acompanhado de diversos mapas demonstrativos do resultado geral das eleições de 2 de Dezembro e dos quais constam todos os elementos exigidos por lei. Sua Excelência, ao fazer a apresentação do seu relatório, declarou prontificar-se a prestar quaisquer esclarecimentos, de que o Tribunal necessitasse em torno /

do mesmo. De posse do relatório, o desembargador Faustino de Albuquerque teceu considerações sobre a luta política, que se travava no país, em prol da sua redemocratização, fazendo ressaltar o importante papel que desempenhara nessa pugna cívica, a magistratura brasileira e, em particular, a magistratura cearense, que dispendera o melhor dos seus esforços e energia para o êxito do alistamento eleitoral nesta Região, tendo o número de votantes / ascendido ao número realmente surpreendente de duzentos e noventa e um mil setecentos e trinta e nove (291.739). De maneira especial, salientou Sua Excelência, em termos altamente judiciosos a atuação do desembargador Daniel Lopes, que, à frente da Interventoria Federal em nossa terra, presidira ao pleito de 2 de Dezembro, com o conhecido critério e a serena energia, que são apágnio de sua personalidade, e ainda agora, nos serviços afanosos e exaustivos da Apuração, acabára de demonstrar o seu devotamento à justiça e a sua invulgar capacidade de trabalho. Em seguida o senhor Presidente constatou: 1ª)- que, das mil duzentas e cinquenta e quatro (1.254) secções, em que fôra dividida a Região, / funcionaram, no dia 2 de Dezembro de 1945, mil duzentas e trinta e sete (1.237), das quais foram anuladas quatorzes (14) seguintes: secção única do distrito de Targinos, da 4a. zona; 3a. secção do distrito de Itapiúna, da 5a. zona; secção única do distrito de Curupira, da 5a. zona; 1a. secção do distrito de Lacerda, / da 11a. zona; 16a., 17a., 18a., 19a. e 22a. secções de Itapipoca, da 17a. zona; 31a. secção de Acaraú, da 17a. zona; 6a. e // 11a. secções de Ipueiras, da 21a. zona; 6a. secção de Tianguá, / 22a. zona e 4a. secção de Uruburetama, da 23a. zona; 2ª)- que / deixaram de funcionar, em diversas zonas, nove (9) secções, cu- / jos eleitores votaram nas mais próximas, e oito (8) secções do / município de Viçosa da 25a. zona (Granja); 3ª)- que o Tribunal / deliberou sobre todos os recursos interpostos, resolvendo anular apenas, as quatorze (14) secções prealudidas; 4ª)- que os motivos, que levaram o Tribunal a anular ditas secções foram: sobre- / cartas sem autenticidade ou irregularmente autenticadas, terem /

os títulos dos eleitores acompanhado os respectivos votos, falta de assinatura dos mesários em ata de encerramento, recusa de fiscais e excesso de sobrecartas; 5ª)- que, em face do resultado / definitivo do pleito constante do relatório apresentado e mapas/ anexos, se chegava à conclusão de que votaram na circunscrição, / para Presidente da República, duzentos e noventa e um mil sete- / centos e trinta e nove (291.739) eleitores, dos quais foram apu- / rados duzentos e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e cin- / co (285.595) votos nominais, sendo relacionados dois mil duzen- / tos e vinte e seis (2.226) votos em branco e mil e oito (1.008) / nulos, além de dois mil novecentos e dez (2.910) correspondentes / às secções anuladas; 6ª)- que ficavam, assim, ratificados os re- / sultados da votação para Presidente da República consignados na / ata dos trabalhos de Apuração lavrada em 15 de janeiro corrente, / pela Comissão Apuradora e constantes dos seguintes números; cen- / to e sessenta e quatro mil seiscentos e oitenta e dois (164.682) / votos para o MAJOR BRIGADEIRO EDUARDO GOMES; cento e oito mil // / trezentos e sessenta e três (108.363) votos para o GENERAL EU-// / RICO GASPAR DUTRA; doze mil quinhentos e quarenta e três / (12.543) votos, para o DR. YEDDO FIUZA e sete (7) votos para o / DR. MARIO ROLIM TELES; 7ª)- que, na eleição para o Senado Fede-// / ral, foram apurados quinhentos e sessenta e um mil seiscentos e / oitenta e quatro (561.684) votos, em votação dúplice, dos quais / cento e sessenta mil quatrocentos e sessenta e sete (160.467) // / para o DR. PLINIO POMPEU DE SABOIA MAGALHAES, cento e cinquenta / e sete mil (157.000) para o DR. OLAVO OLIVEIRA, cento e nove // / mil quatrocentos e setenta e quatro (109.474) para o DR. CESAR / CALS DE OLIVEIRA, cento e seis mil setecentos e cinco (106.705) / para o DR. FRANCISCO DE MENEZES PIMENTEL, quatorze mil e seten- / ta (14.070) para LUIZ CARLOS PRESTES e treze mil novecentos e // / sessenta e oito (13.968) para o MAJOR JEOVAH MOTA; 8ª)- que, na / referida eleição foram relacionados três mil novecentos e seten- / ta e quatro (3.974) votos em branco e mil novecentos e setenta / e quatro (1.974) votos nulos; 9ª)- que, na eleição para a Câma- / ra dos Deputados, foram apurados duzentos e oitenta e um mil // / quinhentos e sete (281.507) votos nominais, além de dois mil //

setecentos e quarenta e oito (2.748) votos em branco, mil quatrocentos e cinquenta e três (1.453) votos nulos e cento e quatro / (104) de legendas, no total de duzentos e oitenta e cinco mil oitocentos e doze (285.812); 10ª)- que, conseqüentemente, o total / de votos para o calculo dos quocientes, ou total básico é de duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta e nove

(284.359) votos, resultante da soma dos votos nominais (281.507) dos em branco (2.748) e dos de legenda (104); 11ª)- que, dividido aludido total básico pelo número de deputados da circunscrição, o quociente eleitoral é de dezesseis mil setecentos e vinte e sete (16.727); 12ª)- que os quocientes partidários decorrentes das divisões dos números de votos dos Partidos pelo quociente // eleitoral, são de sete (7) para a União Democrática Nacional // (122.518), de cinco para o Partido Social Democrático (92.064) e de dois (2) para o Partido Popular Sindicalista (43.968); 13ª)- / que os demais Partidos não atingiram o quociente eleitoral, pelo que na forma dos Arts. 48 do Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de Maio de 1945, e 35, nº 4, das Instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral a 25 de Outubro de 1945, terão de ser os três lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários atribuídos ao Partido, que alcançou o maior número de votos, ou seja à União Democrática Nacional, respeitada a ordem da votação nominal de seus candidatos; 14ª)- que, assim sendo, a representação, na Câmara dos Deputados, da União Democrática Nacional será de 10 deputados, a do Partido Social Democrático, cinco (5) e a do Partido Popular Sindicalista, de dois (2); 15ª)- que se verificaram as seguintes votações, em ordem decrescente, dos candidatos registrados pelos diversos partidos politicos: pela União Democrática Nacional: Manuel do Nascimento Fernandes Tavora - vinte e três mil e vinte quatro (23.024); Paulo Sarasate // Ferreira Lopes - quinze mil cento e trinta e um (15.131); Gentil Barreira - treze mil novecentos e quarenta e dois (13.942); / Benedito Augusto Carvalho dos Santos - doze mil cento e setenta e cinco (12.175); Edgard Cavalcante de Arruda - onze mil quatro-

centos e cinquenta (11.450); Egberto de Paula Pessoa Rodrigues
seis mil setecentos e sete (6.707); Joaquim Fernandes Teles -/
seis mil seiscentos e sessenta e sete (6.667); José de Borba /
de Vasconcelos - cinco mil oitocentos e trinta e sete (5.837);
Leão Sampaio - cinco mil quinhentos e vinte (5.520); Antônio /
de Alencar Araripe - cinco mil cento e trinta e cinco (5.135)/
Humberto Sales de Moura Ferreira - quatro mil trezentos e ses-
senta (4.360); João da Silva Leal - três mil oitocentos e cin-
quenta e nove (3.859); José Ramos Torres de Melo - três mil //
setecentos e sessenta e oito (3.768); Agapito dos Santos Sati-
ro - três mil setecentos e quarenta e três (3.743); José Antô-
nio de Figueiredo Rodrigues - mil cento e trinta e dois (1.132)
e Eusebio Mota de Alencar três (3); pelo Partido Social Demo-/
crático: Crisanto Moreira da Rocha - quatorze mil cento e sete
(14.107); Antônio da Frota Gentil - onze mil seiscentos e se-/
tenta e três (11.673); Francisco de Almeida Monte - onze mil /
seiscentos e trinta (11.630); Osvaldo Studart Filho - nove mil
quinhentos e vinte e dois (9.522); Raul Barbosa - oito mil seis-
centos e sessenta e cinco (8.665); Padre José Bruno Teixeira -
sete mil novecentos e cinquenta e dois (7.952); Manuel Carlos/
de Gouveia - cinco mil duzentos e oitenta e sete (5.287); Fran-
cisco Vasconcelos de Arruda - quatro mil oitocentos e seis //
(4.806); Anésio Frota Aguiar - quatro mil trezentos e vinte //
(4.320); Jaime Carneiro Leão de Vasconcelos - quatro mil duzen-
tos e oitenta e seis (4.286); José Mateus Gomes Coutinho - //
três mil oitocentos e cinquenta e um (3.851); Luiz Cavalcante/
Sucupira - três mil e trinta e nove (3.039); Ernesto Gurgel Va-
lente - dois mil quinhentos e cinquenta e dois (2.552); Antô-/
nio Alves da Costa - duzentos e vinte e três (223); Pedro Teo-
filo Ramos - cento e dezesseis (116); Paulo de Almeida Sanford
treze (13) e Wilson Gonçalves - dois (2); pelo Partido Popular
Sindicalista: Stenio Gomes da Silva - dez mil novecentos e cin-
quenta e dois (10.952); João Nogueira Adeodato - dez mil e se-
tecentos (10.700); José Alves Linhares - cinco mil seiscentos/

setenta e seis (5.676); Raimundo Gomes de Matos - cinco mil // trezentos e oitenta e nove (5.389); Plácido Aderaldo Castelo - / quatro mil trezentos e oitenta e cinco (4.385); Raimundo de Mon- — te Arrais - três mil setecentos e oitenta (3.780); Francisco Car- los de Oliveira - mil cento e oitenta e quatro (1.184); Padre Os- valdo de Figueiredo Rocha - setecentos e cinquenta e dois (752); Humberto de Castro - quatrocentos e sessenta e seis (466); Artur Eduardo Benevides - quatrocentos e quarenta e sete (447); Edmil- son Falcão - cento e treze (113); Antônio Correia Silveira - oi- tenta e quatro (84) e Lindendorff da Costa Ribeiro trinta e cin- co (35); pelo Partido Comunista do Brasil: Manuel Isnard de Sou- sa Teixeira - dois mil seiscentos e noventa e um (2.691); Corné- lio Diogenes - dois mil e setenta e quatro (2.074); José Bento / de Sousa - mil seiscentos e onze (1.611); Luiz Carlos Prestes - / mil cento e quarenta e três (1.143); Jeovah Mota - mil e cinquen- ta e dois (1.052); Domingos Gusmão de Lima - novecentos e quinze (915); Stenio Lopes de Mendonça - seiscentos e vinte e quatro // (624); Isac Maciel - quatrocentos e setenta (470); Joaquim Eduar- do de Alencar - trezentos e noventa e cinco (395); José Marinho/ de Vasconcelos - duzentos e cinquenta e cinco (255); Rosendo An- selmo de Lima - cento e oitenta e oito (188); Vanda Rita Othon / Sidou - cento e setenta e quatro (174); Joel Carvalho de Araújo/ cento e quarenta e seis (146); Humberto Lucena Lopes - cento e / trinta (130); Joaquim Silveira dos Santos - cento e quatro (104) João Batista Silva - noventa (90) e Valdomiro Queiroz Bastos - / trinta e seis (36); pelo Partido Democrata Cristão: José Parsi-/ fal Barroso mil setecentos e vinte e quatro (1.724); José Pompeu Pinto Acioli - mil quatrocentos e sessenta e nove (1.469); Padre Arquimedes Bruno - novecentos e três (903); José Teles da Cruz / trezentos e sessenta e oito (368); Ocelo Pinheiro - trezentos e/ cinquenta e um (351); Manuel Alfredo Rodeigues Pinheiro - duzen- tos e trinta e oito (238); Eduardo Alves Dias - cento e cinquen- ta e quatro (154); Murilo Penha - setenta e sete (77); Raimun-/ do de Freitas Ramos - setenta e dois (72); Benedito /// Augusto Carvalho dos Santos - vinte e //////////////////////////////////

oito (28) e Ildefonso de Abreu Albano - vinte e um (21); pelo Partido de Representação Popular: Francisco de Assis Ferreira - dois mil trezentos e cinquenta e oito (2.358); Ubirajara Coelho de Negreiros - trezentos e quarenta e oito (348); Francisco de Assis de Arruda Furtado - cento e cinquenta (150); Francisco // Chagas da Silva - cento e quarenta e seis (146) e José de Pontes Medeiros - cento e quarenta e dois (142); pelo Partido Libertador: Jader Moreira de Carvalho - cento e cinquenta e seis (156); Geraldo Carlos Lemos - cento e quarenta e quatro (144); Carlosnaik Jurandir de Alencar - noventa e um (91); João José Biana - cinquenta e sete (57); Adonai de Medeiros - cinquenta e quatro (54); Felipe Moreira Lima - quarenta e cinco (45); Valter Gaspar de Oliveira - quarenta e dois (42); Olavo Moraes // Athayde - vinte e seis (26); Juraci Montenegro de Magalhães - doze (12); Francisco Túlio Peixoto de Alencar - doze (12); Francisco^{Marques} de Sousa Carvalho - dez (10); Manuel Geraldo de Alencar - sete (7); Eliezer Montenegro de Magalhães - três (3) e Vitor do Espirito Santo - três (3); pelo Partido Agrario Nacional: Humberto Rodrigues de Andrade - mil quatrocentos e quatro (1.404) e Tomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho - trezentos e trinta e quatro (334). A vista do resultado acima constatado, o senhor Presidente declarou que era, com viva satisfação e sincero entusiasmo, que proclamava eleitos para o Senado Federal os dois candidatos mais votados - PLINIO POMPEU DE SABOIA MAGALHÃES E OLAVO OLIVEIRA, e, para a Câmara dos Deputados, os dez (10) candidatos mais votados da União Democrática Nacional - MANUEL DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA, PAULO SARASATE FERREIRA LOPES, GENTIL BARREIRA, BENEDITO AUGUSTO CARVALHO DOS SANTOS, EDGARD CAVALCANTE DE ARRUDA, EGBERTO DE PAULA PESSOA RODRIGUES, JOAQUIM FERNANDES TELES, JOSÉ DE BORBA VASCONCELOS, LEÃO SAMPAIO e ANTONIO DE ALENCAR ARARIPE, os cinco (5) mais votados do Partido Social Democrático - CRISANTO MOREIRA DA ROCHA, ANTONIO DA FROTA GENTIL, FRANCISCO DE ALMEIDA MONTE, OSVALDO STUDART FILHO e RAUL BARBOSA, e os dois (2) mais votados do Partido Popular Sindicalista - STENIO GOMES DA SILVA e JOÃO NOGUEIRA ADEODATO, e,

bem assim, para suplentes de cada um dos mesmos Partidos, os demais votados na ordem decrescente dos votos que obtiveram. Logo/ após, o senhor Presidente declarou suspensão a sessão por trinta/ minutos, decorridos os quais reabriu o Tribunal os seus traba-// lhos, para efetuar a entrega dos diplomas dos eleitos presentes/ o que se verificou sob aplausos da assistência, e deliberar sô-// bre o caso da renovação das quatorze (14) secções anuladas em di- versas zonas e quanto à realização de eleições em oito (8) sec-// ções de Viçosa do Ceará, da 25a. zona (Granja), as quais deixa-// ram de funcionar. Concedida a palavra ao Delegado do Partido Co- munista do Brasil, Dr. Aldy Mentor Couto Melo, este, depois de / varias considerações a respeito da materia em discussão e julga- mento, concluiu pedindo a renovação do pleito nas secções, que / não funcionaram e nas que foram anuladas, dando-se, com isto, // cabal cumprimento à lei. Sobre o caso, manifestou-se o Dr. Pro-// curador Regional, opinando em sentido contrário a tal pedido, // seja por presupor o Art. 99, § 1º do Decreto-Lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945, o emprego de violencia ou coação para impedir / os eleitores de votarem, seja por não alterarem o quociente elei- toral, nem os quocientes partidários as eleições a se procederem. O fato de não aludirem as Instruções de 25 de Outubro de 1945, // em seu Art. 34, letra a, à violencia ou coação, não exclue a exi- gência dessa condição, por dever o mesmo dispositivo ser enten-// dido de acôrdo com a citada norma da lei eleitoral. Com a pala-// vra o Juiz Daniel Lopes demonstrou que, mesmo consideradas as vo- tações das oito (8) secções, que não funcionaram, e das que fo-// ram anuladas, e que montam em dois mil trezentos e setenta e // três (2.373) e dois mil novecentos e dez (2.910), respectivamen- te, os seja tudo em cinco mil duzentos e oitenta e três (5.283)/ eleitores, não seriam alterados, com as novas eleições, os quo- cientes partidários da União Democrática Nacional, do Partido // Social Democrático e do Partido Popular Sindicalista, unicos que excederam o quociente eleitoral de dezesseis mil setecentos e // vinte e sete (16.727), nem com elas seria beneficiado o Partido/

Comunista, que, tendo obtido em toda a circunscrição apenas doze mil cento e dez (12.110) votos, precisaria, ainda, de quatro mil seiscentos e dezessete (4.617) votos para atingir o quociente eleitoral. Ora, segundo informes da Secretaria, não foram distribuídos para os eleitores de Viçosa senão dois mil cento e oitenta e nove (2.189) títulos, donde ficar reduzido o número de eleitores constantes das folhas de votação de cento e oitenta e quatro (184) eleitores, e, pois, o número total de eleitores a concorrer as novas eleições, a cinco mil e noventa e nove (5.099)./ Precisando o Partido Comunista, para atingir o quociente eleitoral de quatro mil seiscentos e dezessete (4.617) votos, é claro/ que não poderia atingir tal votação com os eleitores que teriam/ de votar nas mesmas eleições, reduzidos a cinco mil e noventa e nove (5.099), desde que esse total ainda estaria sujeito ao desconto de, pelo menos, vinte por cento, correspondente aos eleitores, que deixariam de votar - o que determinaria uma redução / de mil e dezenove (1.019) eleitores, número evidentemente muito/ superior ao excesso de quatrocentos e oitenta e dois (482), que/ o Partido Comunista do Brasil pudesse conseguir, com a votação / indiscrepante de todo o eleitorado, Mesmo, porém, que assim não fosse e que excedesse realmente, o número de votantes ao necessário ao Partido Comunista do Brasil para completar o quociente, nem por isso deveriam renovar-se as eleições, pois a elas teriam de concorrer todos os partidos registrados, não sendo razoável, / nem crível, que o Partido Comunista do Brasil viesse obter a totalidade, ou a quase totalidade dos eleitores. Consequentemente, as eleições pretendidas não atendem a finalidade da lei, que as/ preveniu, apenas, para o caso de serem sacrificados os quocientes partidários com a sua não realização. Na espécie, ainda que/ se realizassem as aludidas eleições, não aproveitaria o Partido / Comunista do Brasil, que, de nenhuma forma, em concorrência com/ os demais partidos, atingiria o quociente eleitoral. Sendo inútil, destarte, a realização das eleições, votava pela sua não // realização, tendo sido em^{tal} sentido os votos dos demais Juizes. //

O Presidente, apurando a votação, declarou ter o Tribunal Regional Eleitoral resolvido, por unanimidade, não se realizarem as / eleições pretendidas. E como nada mais houvesse a tratar, o senhor Presidente encerrou a sessão, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata Geral, que, lida e aprovada, foi assinada / pelo senhor Presidente e demais Juizes membro deste Tribunal Regional e pelo doutor Procurador Regional. Eu, Raimundo

de Aniceto Ribeiro, oficial, servindo
de Secretário do Tribunal Regional
Eleitoral da Casa, a cu serviço.

Augusto de Albuquerque Presidente

João Augusto

Amador Ferreira Barreto

João Victor Ferreira Nobre

Luiz de Almeida Procurador Regional